

A FRA ORGANIZOU REUNIÕES PARTICIPATIVAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE O ENQUADRAMENTO DA UE PARA OS CIGANOS

De 8 a 11 de novembro a FRA (Agência Europeia para os Direitos Fundamentais) organizou uma série de reuniões online para auscultar as OSC (organizações da sociedade civil) sobre o novo Enquadramento da UE para a Igualdade, Inclusão e Participação dos Ciganos (Roma) 2021-2030, tendo as OSC ciganas sido especialmente convidadas a participar. As reuniões, para as quais as organizações da Plataforma da FRA foram convidadas, destinavam-se a identificar as modalidades pelas quais a sociedade civil pode aumentar o seu contri-



Évora - foto de Maeve Stam

buto para os processos nacionais de recolha de dados, fixação e acompanhamento dos indicadores e envolvimento com os coletivos nacionais ciganos no âmbito da Monitorização Civil Cigana (Roma Civil Monitor) 2021-2025. As reuniões destinaram-se também a dar a oportunidade aos participantes para trocarem informações e experiências entre si no que se refere aos desenvolvimentos das políticas e da implementação aos níveis nacionais e europeus sobre a igualdade, inclusão e participação dos ciganos.

Editorial

O ABISMO

Este número da Caravana refere as excelentes iniciativas da UE, através da sua Agência para os Direitos Fundamentais (FRA), no âmbito da participação das organizações da sociedade civil (OSC), com relevo para as OSC ciganas, no novo Enquadramento da UE para a Igualdade, Inclusão e Participação dos Ciganos 2021-2030 e sobretudo para o impulso que está a dar ao incremento do cumprimento dos direitos humanos a nível regional e local através da notável iniciativa das Cidades dos Direitos Humanos em cujo Relatório, lamentavelmente, apenas uma cidade portuguesa é nomeada: Braga. Neste número são ainda relatadas iniciativas a que o Papa Francisco, graças ao Espírito Santo que o inspira, exemplarmente já nos habituou, e ainda os excelentes exemplos da Câmara Municipal de Mourão e os casos de sucesso de um cigano e de uma cigana e da Associação TECHARI.

Então porquê o título dramático deste editorial? Repare-se na fotografia que é realçada nesta primeira página: uma barraca de ciganos nómadas compulsivos nos arredores de Évora, que apesar de terem todos os seus laços sociais institucionais – escolas, saúde, segurança social – em Évora donde são naturais, é-lhes negado por este município o direito e inscrever-se na lista de futuros, potenciais candidatos a uma habitação condigna, porque “não são de cá”, e são periódica e sistematicamente escorraçados de município em município, como se não tivessem direito a viver, a ser portugueses, a ter direitos sequer. A culpa é sempre dos outros, nossa é que não é; não cumprem os requisitos feitos, não queremos julgar intenções, mas apetece pensar, precisamente para os excluir.

E onde é que está o abismo? O abismo está na miséria absoluta destes sem abrigo, não por pobreza apenas, mas por UMA INTENCIONAL EXCLUSÃO ÉTNICA: se fossem imigrantes, refugiados, o enquadramento, as

(Continua na pág. 5)

CIDADES DOS DIREITOS HUMANOS NA UE: UM ENQUADRAMENTO LANÇADO PELA FRA PARA REFORÇAR OS DIREITOS LOCALMENTE

Relatório noticiado na Newsletter do OBCIG de dezembro de 2021

Na introdução a esta publicação, o Diretor da FRA (Agência da UE para os Direitos Fundamentais) Michael O’Flaherty diz que “por todo o mundo, as autoridades locais estão e põem os direitos humanos no mapa, introduzindo iniciativas criativas para reforçar os direitos fundamentais e humanos das pessoas. Na UE, muitas destas atividades estão a acontecer ao nível das cidades. ... Este relatório propõe um enquadramento para se tornar e funcionar como uma cidade dos direitos humanos na UE. Uma cidade dos direitos humanos toma iniciativas para respeitar, proteger e promover os direitos humanos, segundo as suas competências. Seguindo o enquadramento para os indicadores dos direitos humanos desenvolvido pelo Alto Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas, o enquadramento proposto consiste em três elementos principais: fundamentos, estruturas e instrumentos. ... As ações das autoridades locais têm uma grande influência nas nossas vidas quotidianas. Ao prestarem serviços, gerirem o espaço público ou apoiarem os vulneráveis, elas muitas vezes também tornam palpáveis os valores universais e os princípios com os quais a UE e os seus Estados Membros se comprometeram. Tornar-se uma cidade dos direitos humanos significa relacionar explicitamente tais atividades com as obrigações dos direitos humanos e fundamentais.”

Ser uma cidade dos direitos humanos: qual é a diferença que isso faz?

Declarar uma cidade como cidade dos direitos humanos afirma a decisão de respeitar, proteger, cumprir e promover os direitos e a dignidade de todas as pessoas que vivem nela. A cidade aplica uma visão baseada nos direitos humanos, nas suas políticas e ações.

• Uma cidade dos direitos humanos (CDH) é uma cidade inclusiva que assegura direitos iguais para to-

dos, particularmente para as pessoas que estão mais sujeitas às violações dos direitos humanos e à exclusão social, especialmente os ciganos e outras minorias, migrantes, refugiados e quem procura asilo, deficientes, crianças e jovens, idosos e sem abrigo.

• Uma CDH promove uma participação significativa de todos. Envolve a sociedade civil, particularmente as organizações de base, bem como as empresas, as organizações religiosas e as comunidades, através de plataformas específicas e fóruns para promover e implementar uma agenda dos direitos humanos definida por todos em conjunto.

• Uma CDH procura que as iniciativas relativas aos direitos humanos se articulem entre si por forma a reforçar a implementação dos padrões dos direitos humanos e a responsabilização das entidades públicas.

• Uma CDH promove oportunidades de relacionamento em rede com outras CDHs com o objetivo de permutar experiências e conhecimentos práticos que possam incrementar o impacto dos direitos humanos na vida quotidiana das pessoas na sociedade.

Entre as cidades citadas no relatório estão: Barcelona, Viena, Bolonha, Bona, Helsínquia, Valencia, Amsterdão, Copenhague, Braga, Turim, Bruxelas, Dublin, Madrid, Milão e Bilbao.

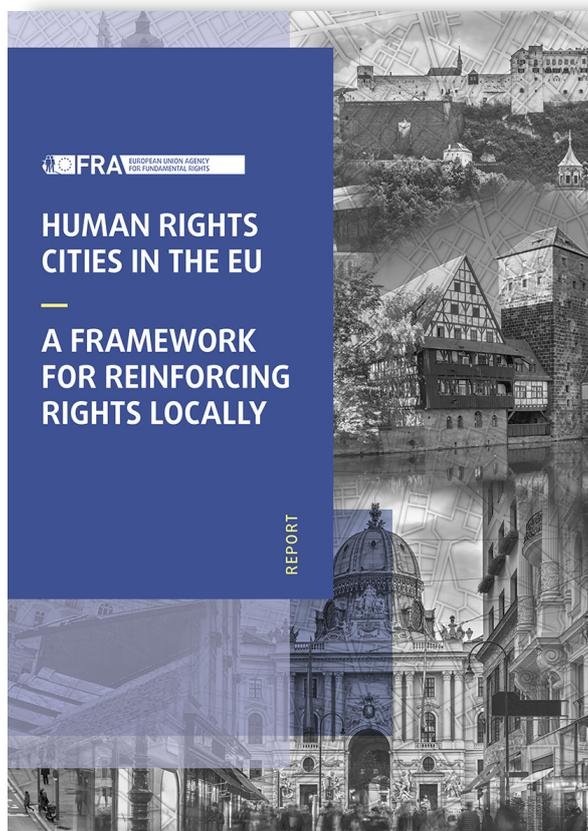
Em 9 de junho de 2021, a Presidência Portuguesa do Conselho da UE publicou os “Princípios básicos para uma perspetiva baseada nos direitos humanos nos serviços públicos”. São nove os princípios que as entidades públicas, incluindo as autoridades regionais e locais, devem observar:

1. promover a participação dos cidadãos a todos os níveis do processo, particularmente os provenientes de grupos excluídos ou desfavorecidos;

2. programar primeiramente e acima de tudo para as comunidades em situações vulneráveis;

3. analisar sistematicamente as consequências espectáveis e imprevistas da disponibilidade dos serviços;

(Continua na pág. 3)



O SENHOR CHAMOU A SI O P. ALBERTO DA FONTOURA

No dia da Imaculada Conceição, o Senhor veio chamar a si o P. Alberto da Foutora Aguiueiras da Diocese de Vila Real. O P. Alberto foi o responsável pelo Secretariado Diocesano da Pastoral dos

Ciganos de Vila Real, além de ter sido professor de Religião e Moral e pároco em diversas paróquias.

(notícia da Ecclesia de 9/12/21)



A ERGO ANALISA A SITUAÇÃO DOS CIGANOS EUROPEUS NO CONTEXTO DOS PRR NACIONAIS*

A ERGO Network (Rede de Organizações Ciganas Europeias de Base), no âmbito do Semestre Europeu de 2021, analisou os PRRs (Planos de Recuperação e Resiliência) de 11 países europeus (Rep. Checa, Hungria, Roménia, Eslováquia, Espanha, Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Lituânia e Irlanda) e as suas repercussões na situação dos ciganos europeus. (excertos)

- Apenas 5 (Rep. Checa, Hungria, Roménia, Eslováquia e Espanha) dos 11 países europeus analisados se referem explicitamente aos ciganos, apesar da situação dramática em que a maior parte deles se encontra. A ERGO apoia a maior parte das medidas tomadas, mas considera-as insuficientes para enfrentar as causas profundas da exclusão.

- Nenhum dos 11 Planos refere o antigitismo, enquanto que 7 em 11 não mencionam a discriminação nem o racismo.



- Os Quadros Nacionais da UE para os Ciganos não são mencionados na quase totalidade (8 em 11) dos Planos. Nos três em que são mencionados (Hungria, Roménia e Rep. Checa), apenas se referem problemas, não medidas concretas que levem a mudanças.

- Nenhum dos 11 Planos analisados aparentemente dá prioridade à inclusão social de grupos vulneráveis, o que é altamente frustrante, se não de admirar já que não é fixada nenhuma verba social mínima no Guia da Comissão Europeia para os PRRs nacionais.

- Na conceção dos 11 Planos, o envolvimento da sociedade civil deixou muito a desejar.

* notícia na Newsletter do OBCIG de out/21

CIDADES DOS DIREITOS HUMANOS NA UE

(Continuação da pág. 2)

4. valorizar o processo, na mesma medida que o resultado;

5. assegurar a privacidade e a segurança dos dados pessoais dos cidadãos;

6. considerar os casos de má utilização como um problema sério a processar;

7. promover o serviço contínuo de monitorização e avaliação;

8. desenvolver as capacidades dos detentores de direitos e deveres;

9. assegurar a transparência dos serviços que se ocupam das obrigações, responsabilidades e direitos.

A UE disponibilizará €1.5 biliões de fundos, através dos seus novos programas para os Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores, para promover os direitos e os valores. Este fundo está ao dispor de autoridades públicas, incluindo cidades, municípios e outras autoridades locais.

CIGANOS SÃO NOTÍCIA

Diário Campanário (10 nov)

Na Informação do Núcleo de Beja da EAPN de 10/11/21

Mourão aposta em “incluir comunidade cigana em operações de limpeza e jardinagem” do município

A Rádio Campanário realizou a primeira grande entrevista a João Fortes (JF), presidente da Câmara Municipal de Mourão, na qual, entre outros temas, foi questionado sobre se o município tem algum plano para a inclusão da comunidade cigana através do mercado de trabalho. O edil afirmou que “**é um processo mais difícil, porque existem tabus de várias ordens**”, mas “obviamente que ao Município, como entidade, caberá também uma parte, por via da educação”, onde “o



agrupamento de escolas terá também um papel preponderante na preparação das futuras gerações, adequando-as àquilo que é o comportamento normal da sociedade”, salienta.

JF acredita que “se calhar, no futuro teremos uma sociedade cigana mais educada e mais capaz de fazer face aos desafios que o mercado de trabalho procura”. Por isso, “nesta fase, aquilo que tem sido feito e que esperamos continuar a fazer, é incluir alguns elementos da comunidade cigana, através dos rendimentos que usufruem, integrá-los em algumas

operações de limpeza, algumas operações de jardinagem”. Uma medida, acredita que “**é de valorizar, tanto para eles, como para a sociedade em geral, porque vêm reconhecidos os impostos que pagam, que estão a ser repercutidos em trabalho direto nessa comunidade**”.

Mensagem de Lisboa (Jornal digital - 21 out)

Israel será o primeiro médico português a admitir ser cigano. “Sinto o peso de ser um exemplo”

Não é o primeiro cigano em medicina em Portugal, garante Bruno Gonçalves (BG), importante mediador na comunidade cigana. Outros há, que sentiram necessidade de esconder a sua identidade cultural, “por receio de represálias”. BG acrescenta: “e eu, mesmo que tenha pena, percebo. Na hora de conseguir emprego, isso pode ser uma barreira, um muro, infelizmente”. Israel Paródia é, sim, o primeiro português em medicina que diz alto e em bom som: “sou cigano e com orgulho”.

Apresentamos excertos do artigo de Catarina Reis (15/10/21)

Israel Paródia (IP), 21 anos, nascido na Batalha, em Leiria, falava para uma turma de crianças numa escola da Amadora, a quem se apresentou como estudante de medicina em Lisboa e “orgulhosamente cigano”. Partilhou com eles uma fotografia onde en-

vergava uma bata branca, e uma criança perguntou se lhe tinham emprestado a bata, “porque, para ela, só fazia sentido que eu tivesse pedido uma a alguém, para aquela fotografia, não que eu tivesse mesmo uma bata.” IP frequenta o terceiro ano de seis de Medicina, na NOVA Medical School (Faculdade de Ciências Médicas), em Lisboa.

Com quatro anos, IP perguntou ao pai qual a profissão mais nobre do mundo. “Médico”. A resposta ecoou na sua cabeça durante anos, tendo-o levado a obter bolsas de mérito; hoje executa a sua formação universitária ao abrigo da bolsa Gulbenkian Mais, que responde a jovens-prodígio estudantes nas mais diversas áreas. Israel leva bem a sério a missão de estudar, chegando a fazê-lo 16 horas por dia. “Tem de ser”, nem questiona. São ensinamentos que traz da sua infância. IP diz que os grandes responsáveis pelas suas ambições são “os pais”. Foram eles que “incentivaram os estudos”, dele e dos irmãos (a irmã mais velha e o irmão mais novo).

Em Leiria, nunca esteve inserido num bairro so-

(Continua na pág. 6)

CIGANOS SÃO NOTÍCIA

Ecclesia (17 e 21 nov)

Vaticano: «Seleção» do Papa enfrenta Organização Mundial dos Ciganos para dar «pontapé na exclusão»

Jogo de futebol, este domingo, é o primeiro com transmissão em direto nos canais da Santa Sé

A equipa 'Fratelli Tutti' (todos irmãos, título da encíclica de 2020 do Papa Francisco, sobre a fraternidade), em representação do Papa, disputa hoje um jogo de futebol solidário com uma representação da Organização Mundial dos Ciganos (World Rom Organization), em Roma, em Formello, casa da Lázio, para dar um "pontapé na exclusão".

Na véspera, Francisco recebeu as duas delegações, elogiando "um estilo de paixão desportiva vivida com solidariedade e gratuidade, com um espírito amador e inclusivo". O jogo, cujo objetivo é angariar fundos para apoiar o projeto «[Futebol ao invés de exclusão](#)», é promovido pela Diocese de Roma, para incentivar

a inclusão dos Rom (etnia cigana) e das pessoas mais vulneráveis e é transmitido na rádio e no Youtube.

A equipa 'Fratelli tutti' é composta por guardas suíços, funcionários do Vaticano, filhos de funcionários e sacerdotes. Estarão ainda em campo um jovem jogador com síndrome de Down e três migrantes, acolhidos pela comunidade católica de Santo Egídio.

"O caminho para a convivência pacífica é a integração", destacou Francisco que apresentou o desporto como "um lugar de encontro e igualdade" que pode "construir comunidade através de pontes de amizade". "Não importa quem marca mais golos, porque o golo decisivo já o fazem juntos, o golo que faz vencer a esperança e que dá um pontapé na exclusão", concluiu.

A iniciativa esteve em destaque, este sábado, durante o jogo do campeonato italiano entre a Lázio e a Juventus; bolas autografadas por ambas as equipas foram entregues à Diocese de Roma para serem leiloadas.



Editorial

(Continuação da pág. 1)

simpatias, os apoios oficiais, políticos e sobretudo factuais seriam completamente outros, e ainda bem. Mas ciganos? E entre esta situação desesperada que até estrangeiros de boa vontade vêm fotografar, como a autora desta fotografia fez, para espanto do que de facto está a acontecer numa nação que até ocupou há bem pouco tempo a Presidência da UE e que se diz católica, e a lentidão, as hesitações, as elucubrações políticas, técnicas, legislativas, estratégicas ou de imagem cujos resultados são a continuação por décadas do sofrimento, da miséria, da injustiça, da exclusão, do menosprezo de mais de uma centena de portugueses, esse é o ABISMO.

Houve um Governo, não há muitos anos, que decidiu acabar com as barracas neste país: e aí começou o movimento de realojamento de milhares de pessoas. Houve uma Câmara Municipal que decidiu acabar com as barracas no seu Concelho, e as barracas foram substituídas por realojamento nesse Concelho. Houve uma Câmara Municipal, e certamente terá havido outras que decidiu realojar os ciganos que viviam nessa cidade e os ciganos foram realojados nessa cidade. A isto chama-se decisão, consciência social, não apenas de palavras, mas por decisões que se tomam e se implementam até ao fim. Para quando esta forma de governar a nível nacional, regional e local em Portugal?

Francisco Monteiro

(Continuação da pág. 4)

cial, nunca faltou comida na mesa, mas essa memória feliz tem por detrás o sacrifício dos pais. O pai era só um menino quando teve que deixar os estudos no 6.º ano de escolaridade, para ajudar a mãe, viúva, na feira ambulante. Jurou para si que “com os filhos seria diferente” e disse-lhes enquanto cresciam: “estudar é uma prioridade”. “Isto aconteceu quer comigo quer com a minha irmã”, diz IP, a propósito de uma cultura onde, tradicionalmente, as mulheres deixam os estudos mais cedo, depois de prometidas aos seus noivos.

Os números ajudam-nos a perceber, afinal, do que falamos. O mais recente estudo nacional sobre as comunidades ciganas na educação, divulgado pelo Ministério da Educação em 2018, mostra que o número de jovens de etnia cigana nas escolas duplicou em 19 anos. Se no ano letivo de 2016/2017 havia pelo menos 11 018 matriculados no ensino obrigatório, quase 20 anos atrás eram metade disso – 5921.

Para a irmã de IP, os estudos não foram uma paixão. Está casada e, também, a viver em Lisboa, não por força da tradição, mas “porque quis”. “Nós só seguimos os valores que queremos da comunidade. É ofensivo pensarem que somos todos iguais.”



Israel Paródia

Foto: Rita Ansonne

sidade de participar na esfera pública e porquê?

MJS: A minha motivação já vem desde muito nova, desde que eu me lembro como pessoa, logo ali na fase da adolescência. Tive oportunidades, houve alturas que ficou mais esquecido, mas sim desde que eu me lembro. Motivações, é tentar melhorar as coisas... Eu falo no sítio onde vivo, não falo em geral, eu falo na zona onde vivo, no Alentejo, no Alto-Alentejo, na minha cidade. É tentar melhorar a vida das pessoas que cá vivem, terem outras oportunidades, tentar melhorar principalmente as moradias onde as pessoas vivem, porque há muita casa degradada cá na nossa zona, tentar que as pessoas tenham uma vida mais digna.

ObCig: E o envolvimento mais político-partidário? Pode falar-nos acerca das suas motivações para o mesmo?

MJS: Na altura, que eu me lembre, de começar a falar na política foi em casa com a minha mãe, à hora do almoço, à hora do jantar com o meu pai, com a minha irmã. A minha mãe falava muito da política, porque a minha mãe diz sempre que desde o 25

de Abril que ela sempre votou, ela e o meu pai. Querria que os meus irmãos votassem, ela ainda hoje liga para os meus irmãos para irem votar, para não se esquecerem... Liga para a minha irmã. Foi em casa, foi assim com a minha mãe. A minha mãe não é que ela entendesse muito de política, mas gostava da política e sabia que a política era importante, que o voto era importante. E então quando eu fiz 18 anos, a primeira coisa que ela fez foi levar-me a votar. E eu agora fiz o mesmo com o meu filho, o meu filho também foi votar. E pronto, é uma coisa muito normal, sempre se falou, não era que a minha mãe fosse muito entendida, mas ela sempre sabia o que era a esquerda, o que era a direita, o que era o partido socialista, o que era o partido laranja, como ela lhe chamava. Não era que ela tivesse alguém que lhe explicasse, mas ela sempre soube e sempre se interessou. E era uma pessoa aqui na cidade de Estremoz que conhecia toda a gente na

(Continua na pág. 7)

Newsletter ObCig (out 2021)

Deste número da Newsletter do Observatório das Comunidades Ciganas, das secções Vozes Ciganas sobre “A Participação Político-Cívica de Pessoas Ciganas” e Divulgação – Associativismo, destacamos os seguintes artigos de que apresentamos excertos:

Maria João Silveira, candidata às eleições autárquicas no concelho de Estremoz

Maria João Silveira (MJS), de 39 anos, 4ª classe, trabalha no Lar de Santa Cruz, em Estremoz, como auxiliar de ação direta e candidatou-se às eleições autárquicas no concelho de Estremoz.

ObCig: Percurso de participação na esfera pública. Em que altura da sua vida começou a sentir neces-

CIGANOS SÃO NOTÍCIA

(Continuação da pág. 6)

Câmara. Hoje em dia não conhece ninguém, porque é tudo novo, mas ela na Câmara conhecia toda a gente, anda lá dentro, ela conhecia toda a gente. Foi por aí... depois claro eu também gostei, e gosto, apesar de a ouvir a ela, também acho que isto está dentro de nós, nasce connosco.

ObCig: Responsabilidade política. Se fosse eleita, que problemáticas procuraria inscrever na agenda política e porquê?



MJS: A agenda política, gostaria que aqui na nossa zona, mesmo na nossa zona de Estremoz, o nosso maior problema é o bairro das quintinhas, onde as pessoas ainda vivem na era medieval, vivem sem condições nenhuma. E onde o resto da comunidade aponta o dedo sem saber em que condições as pessoas vivem lá. É principal... tínhamos de reeducar a etnia cigana, mas também tínhamos de reeducar o resto da população, porque não é só apontar o dedo e reeducar a etnia cigana, mas também reeducar o resto da população, porque o resto da população aponta o dedo sem saber porquê... tem que começar a aprender a falar e saber do que está a falar. Não é só apontar

o dedo, sem saber como é que as pessoas vivem, em que estado é que as pessoas estão, qual a situação. E a revolta às vezes das pessoas, porque as pessoas estão cansadas de ser olhadas de lado, de lado, constantemente por tudo e por nada. Basta andarem na rua para serem olhados de lado. E isso acho que é um dos maiores problemas aqui na minha zona. Claro que depois queria resolver outros, mas o maior de todos, dentro de Estremoz, e que as pessoas tentam varrer para baixo do tapete é esse, o bairro das quintinhas.



ObCig: O que acha que o seu olhar traria de novo ao universo político e de intervenção-inovação social?

MJS: O que o meu olhar poderia trazer de novo e penso que muita gente, principalmente muita mulher ia concordar comigo, primeiro, primeiro ponto: Deixarem de olhar que é “mulher cigana”, não, é uma mulher, simplesmente é uma mulher. A minha etnia é a minha etnia, isso é comigo e com os meus. Olharem para mim como uma mulher e ouvirem-me, principalmente ouvirem-me. E depois tentarem ouvir-me daquilo que eu conheço, porque nós para sabermos de algo, temos de ir à vivência de quem vive aquilo. Eu se for para a Amazônia eu tenho de ir viver com os Índios para saber a vivência dos Índios. Eu sendo cigana posso ajudar a comunidade cigana ouvindo-me. Não é (...) estudar e os outros irem fazer por mim, não, é ouvirem-me a mim e eu ir para a frente com mais pessoas como eu, como tantas que há por aí, mas onde não nos deixam falar, onde falam por nós, onde não nos dão voz. Gostam muito de nós, somos umas mulheres inovadoras, diferentes, não, não (,) somos iguais a qualquer outra mulher. Somos mulheres ciganas, mas somos principalmente mulheres e gostaria que nos olhassem assim, como mulheres. Claro que depois temos aquele ponto, posso ajudar a minha etnia, claro que sim, posso, mas

(Continua na pág. 8)

(Continuação da pág. 7)

não é só ajudar a minha etnia. Acho que o resto da população toda portuguesa também precisa muito de ser ajudada, porque acho que a população portuguesa ainda tem assim um bocadinho a cabeça que vive lá ainda muito muito no século XIV. É a minha opinião. O que eu gostaria de trazer de novo era que o meu povo entrasse mais no mundo da política e não só. No mundo do trabalho em geral. Mas no mundo da política, homens, mulheres, jovens, velhos, um pouco de tudo, das gerações todas, porque acho que nós também temos que dar a conhecer as nossas culturas porque nem tudo o que passa para fora é verdade, é a realidade um pouquinho distorcida, culpa nossa também por sermos tão fechados, mas durante séculos foi a nossa salvação, mas que hoje em dia, neste século, já não se justifica. Mas sim, acho que se nós trouxéssemos coisas da nossa cultura para a realidade da cultura portuguesa no geral, acho que era uma mais-valia. Porque nós conseguimos resolver coisas de maneira muito mais prática, mais facilmente do que o resto da população, onde complicam muito, fazem muito, sei lá, fazem bichos de sete cabeças em coisas muito simples que nós num fechar de olhos resolvemos. Somos muito mais práticos nesse sentido. Onde eu continuo a dizer, não é tudo mau, como em todas as comunidades, como em todas as sociedades há bom e mau em todo o lado. Há coisas muito boas na minha etnia que eu não trocava nunca por nenhuma sociedade que exista. Depois há coisas boas, claro, no resto da sociedade que se calhar a minha etnia precisava de começar a fazer e a usar. Mas que nós temos coisas muito boas, temos, e não somos nenhum bicho de sete cabeças e não é metade do que passa para fora, não é nem um terço da realidade. São realidades muito distorcidas, completamente distorcidas.

Associação TECHARI

Nos últimos dois meses, a Associação Techari, desenvolveu as seguintes atividades:

– Contribuiu e apoiou no preenchimento dos questionários dos censos 2021;

– Incentivou e promoveu a importância da vacinação contra a Covid 19 junto da comunidade, apoiando algumas pessoas na deslocação até aos centros de vacinação;

– Esteve com o Presidente e outros elementos do Clube de Futebol São Joanense, resultando daqui a pintura do muro do campo de futebol e a colocação de uma pessoa da comunidade a fazer vigilância no espaço;

– Organizou uma conversa com as crianças da comunidade para se falar e transmitir vários temas relacionadas com a cultura cigana;

– Está a desenvolver um projeto em parceria com

o Presidente da União de Juntas de Freguesia de São João da Talha, Nuno Leitão, e com a diretora de escolas desde o dia 17 de setembro. Neste âmbito, colocaram-se três elementos da comunidade cigana a trabalhar nas escolas como mediadores, incluindo o Presidente da Associação Techari*, na Escola Básica de São João da Talha;

– Com verbas angariadas pela associação Techari, a comunidade cigana foi auxiliada com alimentos no Bairro São João da Talha. Doaram-se igualmente alimentos na comunidade do Bairro da Apelação.

Para mais informações: associacaotechari2020@hotmail.com

* José Fernandes (NR)



FICHA TÉCNICA

a caravana

Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.

Propriedade e Editor: Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos

QUINTA DO BOM PASTOR, EST. DA BURACA, 8/12, 1549-025 LISBOA

TEL. 21 885 5468 - FAX 21 584 9514

Contribuinte N.º 501660054

Email: pastoralciganos@ecclesia.pt Internet: www.ecclesia.pt/pnciganos

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 900 exs.

Paginação: Paulo Nunes - Tlm. 934207548

Impressão: OCPM

Isento de registo na ERC ao abrigo do alº a) do nº 1 do artº 12 do D.R. 8/99 de 9/6, com as alterações introduzidas pelo D.R. 2/09 de 27/01.